

Sede da Junta de Freguesia da Gave

Reunião Ordinária de 18-09-2023

Ata nº 19

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
Daniel Domingues Alves	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 12-08-2023

Operações Orçamentais	29 762,37€
Operações de Tesouraria	608 090,21€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara deu início à reunião, começou por cumprimentar a população da Gave, o Presidente da Junta de Freguesia aproveitando para lhe agradecer todo o trabalho desenvolvido e por mais uma vez abrir as portas da sede da Junta para receber a reunião de Câmara. Concluiu, cumprimentando ainda a mesa do executivo e o público que acompanha a reunião online.

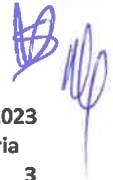
Deu nota da realização do Granfondo Monção e Melgaço, este ano com início e término em Melgaço, com passagem pelo concelho vizinho. Contou com a participação de 1400 atletas, o que se traduz numa prova com reconhecida dimensão, bem como, impacto na economia local, nomeadamente ao nível turístico pois estes fazem-se acompanhar muitas vezes pela família e tendem a regressar ao território, com maior incidência nos setores da restauração e hotelaria. Acrescentou, que este tipo de iniciativas apesar do reconhecido retorno que geram ao território, também causam alguns transtornos, como condicionamentos de trânsito, apesar de se ter feito a necessária publicitação dos cortes de estradas e de se terem efetuado com o acompanhamento das autoridades é sempre um transtorno para a população, pelo que devemos esse pedido de desculpa.

Prosseguiu evidenciando a reabertura das Piscinas Cobertas, após o período de época balnear, tal como habitual, mas que neste momento permitiu que fossem realizadas pequenas obras de melhoramento dos espaços, que foram detetadas ao longo da utilização depois da extensa intervenção que sofreram.

Salientou ainda, a abertura do ano escolar pela EPRAMI, o Agrupamento de Escolas e o IPVC, acompanhados pela Vereadora Fátima Sousa, desejando que seja mais um ano de concretização e sucesso para todos os alunos das diferentes respostas, este ano com o Centro Escolar de Pomares requalificado e com a presença de aproximadamente cem alunos.

Pediu a palavra a Vereadora Fátima Sousa, começou por cumprimentar todos os presentes e expressar o seu prazer por estar na freguesia da Gave com uma sala cheia de público, pois esse é o objetivo destas ações.

Informou que na passada sexta-feira foi a abertura oficial do ano escolar no Agrupamento de Escolas, tendo-se verificado algumas mudanças positivas. O Pré-Escolar arranca com cinquenta e quatro crianças, verificando-se um aumento face a anos anteriores, quinze delas afetas ao Centro Escolar de Pomares, também um sinal positivo. No que se refere ao primeiro ciclo este ano inicia-se com cento e sessenta e duas crianças matriculadas, sendo que vinte irão frequentar o Centro Escolar de Pomares. Numa análise a estes dados quando comparados com anos anteriores é possível verificar um aumento do número de alunos, fruto do crescente número de famílias que regressaram ao território ou que nele se estão a instalar. No que diz respeito ao Centro Escolar de Pomares foi realizada uma ação para mostrar aos encarregados de educação as excepcionais condições de que dispõe o local, bem como proporcionar-lhes algumas vantagens, nomeadamente ao nível dos horários, sendo possível, neste momento, para os alunos do pré-escolar e primeiro ciclo um alargamento de horário, quer de chegada, quer de saída, com transporte gratuito incluído.



Relativamente à EPRAMI a Vereadora explicou que este ano a escola teve uma nova dinâmica e conta com dois cursos a ministrar nas próprias instalações, Turismo Ambiental e Rural e Informática- Instalação e Gestão de Redes. Do protocolo estabelecido com o Agrupamento de Escolas, mantém os cursos de Eletrónica e Desporto, proporcionando este ano letivo a oferta formativa profissional em quatro áreas.

Os novos cursos são de áreas importantes para o desenvolvimento do território e onde se verifica a necessidade de profissionais especializados. Assim, foi criada uma turma de vinte e um alunos, onze deles a residir em Melgaço, três de origem brasileira, mas também residentes e dez da Guiné-Bissau. Neste momento a EPRAMI irá ganhar uma maior dinâmica e conta com professores cheios de vontade de enaltecer a instituição.

Por último, pronunciou-se sobre o arranque do ano letivo na Escola Superior de Desporto e Lazer, a qual abriu sessenta vagas para a licenciatura de Desporto, e todas foram preenchidas na primeira fase de candidaturas ao ensino superior, tendo aberto mais dezassete vagas na segunda fase e, também essas, foram preenchidas. Estão também em funcionamento três mestrados com vinte e três alunos inscritos. Para os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTESP) foram abertas trinta vagas e já se encontram inscritos vinte e cinco alunos. É sem dúvida uma Escola de renome, que atrai estudantes pela sua reputação pois preenche a totalidade das vagas na primeira fase, com uma taxa de empregabilidade elevada, conhecida pela qualidade do ensino, dos docentes, mas também pelo Centro de Estágios e Melsport.

É um balanço positivo para o concelho, que deve ser motivo de orgulho pelo percurso feito e pela elevada e diferenciadora oferta educativa existente.

Interveio o Vereador José Rodrigo começando por cumprimentar o Executivo Municipal, o Presidente da Junta de Freguesia, o público presente e o público que assiste online. Elogiou a situação escolar do concelho, sem dúvida o número crescente de alunos é uma boa notícia, contudo é espetável que o concelho se evidencie não só na educação, mas também na empregabilidade desses alunos. Realçou que o futuro é desafiante, pelo que a exigência é grande.

Renovou o pedido de envio do parecer relativo à proteção de dados das informações destinadas a apoios de ação social.

Prosseguiu solicitando esclarecimentos sobre as obras do cemitério da Gave, uma vez que será deliberado apoio do Município para a sua execução.

Por último, questionou sobre o concurso dos transportes realizado pela CIM Alto Minho, pois com a anulação do anterior procedimento não foi submetida a aprovação o relatório de exclusão. Interrogou ainda, a data prevista para apresentação de novo projeto de concurso.

Pediu a palavra o Vereador Manuel Fernandes, cumprimentou a mesa, o Presidente de Junta de Freguesia da Gave e todo o público.

Exaltou a minuciosa apresentação da Vereadora, afirmou que é o quarto mandato como Vereador e foi a primeira vez que foi feita uma apresentação tão exaustiva sobre o início do ano escolar.

Disse que o Presidente deu nota de que alguns previam nuvens mais sombrias para o Centro Escolar de Pomares, afirmou que efetivamente em algum contexto o PSD mostrou preocupações. Dúvidas não há de que mantendo-se o anterior quadro as obras eram questionáveis, mudou-se o paradigma e fez-se com que os da vila subam à montanha. Algo durante longos anos impensável, pelo que foram ao encontro das necessidades. Assim, o que o PSD deseja é que se faça investimento, que as famílias venham para usufruir desses investimentos, que haja crianças para ocupar as escolas e postos de trabalho para proporcionar sustento às famílias que cheguem.

Pedi ainda explicações ao Presidente da Câmara sobre a possibilidade do problema do Espelho de Água em Castro Laboreiro estar resolvido até dezembro.

Requereu a palavra a Vereadora Sónia Trancoso apresentou os seus cumprimentos à mesa, à Junta de Freguesia na pessoa do seu presidente e ao público. No seguimento da última reunião de Câmara questionou se a podia esclarecer do que se estava a passar com os equipamentos das Termas.

O Presidente da Câmara começou por se referir às felicitações dos Vereadores José Rodrigo e Manuel Fernandes no que se refere à educação no concelho, explicou que quando disse que alguns tinham receios quanto ao investimento de Pomares, não se estava a referir apenas politicamente, mas sim de forma geral, pois até para o Executivo em funções foi uma decisão difícil. Contudo, foi possível executar as obras atribuindo-lhe uma qualidade superior. A isto alia-se que do ponto de vista demográfico há alterações, assim não se pode parar o trabalho. Por esse motivo, foram criadas condições diferenciadoras no Centro Escolar de Pomares, nomeadamente ao nível do horário. Claro que o aumento do número de alunos também advém do Protocolo realizado com a Santa Casa por motivos das obras realizadas nas instalações da instituição, mas se no Centro Escolar não tivessem sido realizadas as obras necessárias, não haveria resposta por parte do Município para esta situação. Felicitou também, a Vereadora pela apresentação realizada no âmbito do início do ano letivo.

Relativamente ao parecer da proteção de dados no âmbito da ação social, já foi realizada uma conversa com os Vereadores no sentido de definir a melhor forma, oportunamente será feita outra para melhor esclarecer os Vereadores.

No que diz respeito ao cemitério da Gave, o Presidente de Junta se assim entender, em momento próprio poderá melhor explicar o projeto a implementar. O Município é com gosto que apoie estes investimentos nas freguesias para satisfação das necessidades dos residentes de Gave, tal como já o fez em outras freguesias, como Paderne, Chaviães ou Alvaredo.

Prosseguiu esclarecendo o Vereador José Rodrigo sobre o concurso de transportes da CIM Alto Minho, explicou que a CIM lançou concurso internacional, no qual foi apresentada apenas uma proposta de um Grupo Espanhol. Na análise da proposta o júri do procedimento teve algumas dúvidas, pelo que pediu esclarecimentos, não podendo validar a proposta. Desta forma, foi encerrado esse procedimento e em breve será lançado um novo concurso. Acrescentou, que espera que neste novo concurso sejam várias as empresas a apresentar propostas, em especial empresas da região que detenham conhecimento do território. Ao longo dos três anos de duração do contrato pretende-se recolher dados que permitam uma melhor e mais eficaz gestão do processo. As informações necessárias serão remetidas à reunião de Câmara.

Referiu-se ainda, ao Espelho de Água, respondendo às questões suscitadas pelo Vereador Manuel Fernandes, informou que no passado dia sete foi realizada uma reunião com a APA, no sentido de resolver as questões levantadas, contudo tem sido um processo sensível. Foi apresentada nova memória descritiva do projeto, para melhor definir a integração da edificação e as suas especificidades. Teremos que aguardar pela análise da APA.

Por último, sobre a questão levantada pela Vereadora Sónia disse não ter conhecimento.

O Presidente de Câmara prosseguiu fazendo uma análise do Relatório Semestral de Contas, disse que estes documentos demonstram uma justificada baixa realização orçamental. Esta realização orçamental está fundamentada em três motivos: um conjunto de pagamentos relativos às revisões de preços, num valor de perto de 2.000.000,00€, não realizados, na pendência da aprovação do empréstimo de médio longo prazo, o qual foi visado pelo Tribunal de Contas somente na semana anterior, reunindo assim as condições para ser utilizado e proceder aos devidos pagamentos; a Zona Empresarial de Nova Geração, que apresenta um valor considerável no orçamento, apesar do processo estar avançado aguarda ainda visto do Tribunal de Contas; por último o elevado investimento realizado com as Juntas de Freguesia e Associações do concelho que ascende a cerca de 1,5 milhões de euros.

Deu a palavra à Chefe de Divisão de Gestão Municipal, Dr.ª Sandra Pires, para melhor apresentar o Relatório em causa.

A Chefe de Divisão explicou que os documentos têm por data final 30 de junho, pelo que é uma análise realizada com base em pressupostos, uma vez que recai em apenas 50% do orçamento, podendo ter variações ao longo do ano e apresentar um resultado diferente no final do mesmo. Efetivamente é apresentado um resultado negativo de um milhão cento e quarenta mil euros, felizmente a aprovação do empréstimo permitirá fazer frente às revisões de preços excecionais, decorrentes da inflação, despesas imprevisíveis que os Municípios tiveram que fazer frente. Com o processo de empréstimo visado pelo Tribunal de Contas permitirá reduzir a dívida contraída com as revisões de preços, essencialmente das grandes obras, como é o caso da Requalificação das Piscinas Municipais e Zona Empresarial de Alvaredo que só estas representam em Revisões de Preços cerca de 1 milhão de euros.

A receita teve um aumento de 11% relativamente ao período homologado, bem como a despesa com um aumento de 12%. O prazo médio de pagamentos das faturas também dilatou fruto do atraso nos pagamentos das faturas que como foi referido aguardavam pela disponibilização do empréstimo, não podendo ser pagas, sob pena de o tribunal de contas não aprovar o valor total solicitado no empréstimo bancário.

Ao nível dos pagamentos em atraso, registaram uma redução de cerca de 11.244 euros relativamente a setembro de 2022, devendo no final do ano cumprir a redução de 10 % estipulada no Orçamento de Estado.

Afirmou que não tinha dúvidas que os resultados apresentados no final do ano seriam melhores, prevendo um segundo semestre mais equilibrado.

Solicitou a palavra o Vereador José Rodrigo, começando por elogiar o Relatório dos Auditores, afirmou que trazia muitos comentários, mas com os esclarecimentos apresentados percebeu que a realidade atual já é bastante diferente da de junho, ou seja, da data a que se reporta o relatório. Efetivamente a despesa executada está abaixo em seis milhões de euros. A despesa com o pessoal e as aquisições de bens e serviços e de capital contribuem para esta situação. É notório que as receitas não cobriram as despesas. Já os prazos médios de pagamento ascendem a cento e trinta dias. Disse esperar que os resultados do segundo semestre sejam bem diferentes destes. Afirmou ainda, não concordar com o modelo de gestão levado a cabo por este executivo, e apesar de esperar um segundo semestre melhor, positivo já não o será.

O Presidente respondeu afirmando que estes resultados são fruto de todo o investimento realizado em especial com a execução da Zona Empresarial de Alvaredo, é algo que deixará marcas para o futuro, é uma ousadia necessária que claro é dura para as finanças da Autarquia. A Zona Empresarial de nova geração também será muito pesada para a Autarquia, um projeto ambicioso, mas é necessário sofrer para se dar um passo tão importante e determinante para abrir horizontes para o futuro do território.

O Presidente respondeu afirmando que estes resultados são fruto de todo o investimento realizado em especial com a execução da Zona Empresarial de Alvaredo, é algo que deixará marcas para o futuro, é uma ousadia necessária que claro é dura para as finanças da Autarquia. A Zona Empresarial de nova geração também será muito pesada para a Autarquia, um projeto ambicioso, mas é necessário sofrer para se dar um passo tão importante e determinante para abrir horizontes para o futuro do território.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

258. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. º12 de 14-06-2023.
O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n. º12 de 14-06-2023.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

259. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

260. Presente email da União de Freguesias de Vila e Roussas, a solicitar a concessão de um subsídio no valor 20.000,00€, para ajudar a custear as despesas efetuadas com a compra de três terrenos destinados a parques de estacionamento nas imediações da igreja paroquial e outras infraestruturas, como o alargamento do cemitério quando tal se justificar e construção da futura Casa Mortuária. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente apresentou o assunto propondo a atribuição de um subsídio no valor de 20.000,00€.

Pedi a palavra o Vereador José Rodrigo, disse que sem querer pôr em causa as preocupações da população de Roussas. Apesar do valor médio da compra ser inferior ao valor médio de mercado, surgem dúvidas quanto à discrepância dos valores metro quadrado por terreno.

O Presidente da Câmara respondeu que o Executivo se tinha que pronunciar apenas sobre a atribuição do subsídio, não sobre o preço dos terrenos pois essa análise foi realizada pela Junta de Freguesia, tendo sido esta a negociar os valores com os proprietários, com total autonomia. Afirmou não ter dúvida que os Presidentes de Junta tentam sempre fazer o melhor negócio para as suas freguesias.

O Vereador disse que iria endereçar a dúvida à correspondente Junta de Freguesia.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8615 de 01-09-2023 e no uso da alínea o) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/20213, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 20.000,00€, para ajudar a custear as despesas efetuadas com a compra de três terrenos destinados a parques de estacionamento nas imediações da igreja paroquial e outras infraestruturas, como o alargamento do cemitério quando tal se justificar e construção da futura Casa Mortuária. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

261. Ofício da Freguesia da Gave, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 14.900,00+IVA, para a construção de um muro de suporte na estrada da Gave. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara apresentou o assunto propondo a atribuição de um apoio no valor de 14.900,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Interveio o Vereador José Rodrigo para solicitar esclarecimentos sobre o muro da estrada da Gave, pois nas fotografias anexas aos documentos parece tratar-se de um estradão. Evidenciou que os três orçamentos apresentados pela Junta de Freguesia se encontram por assinar e todos no mesmo formato. Acrescentou que não se encontrava em causa o sentido de voto, apenas o rigor.

O Presidente explicou ao Vereador que não se trata de um estradão, mas sim, da estrada principal da freguesia da Gave. É um projeto de enorme importância para garantir a circulação e o acesso à Freguesia. Disse que esperava que o Vereador em nenhum momento estivesse a colocar em causa a legalidade e transparência das Juntas de Freguesia. Concluiu parabenizando a Junta de Freguesia pelo investimento tão importante para as gentes da Gave.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8908 de 12-09-2023 e no uso da alínea o) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.

º75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 14.900,00€ + IVA, para a construção de muro de suporte na estrada da Gave.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

262. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, o projeto de Regulamento Municipal de Serviço de Abastecimento Público de Água, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara solicitou à Vereadora Fátima Sousa que procedesse à apresentação deste assunto e dos dois seguintes.

A Vereadora começou por recordar que já em maio vieram a este órgão os projetos de Regulamentos para consequente discussão pública, na qual não houve qualquer participação, pelo que foi dado o seguimento processual, enviando as três propostas de Regulamento para a ERSAR a fim de esta entidade emitir parecer. Das recomendações da ERSAR no âmbito do parecer emitido, não foi atendida a recomendação relativa à não cobrança de ramais, pois considera-se que uma vez que os trabalhos foram feitos em data em que os ramais obrigatoriamente tinham de ser pagos e tendo uma grande maioria da população pago essa despesa, não faz sentido os restantes serem discriminados positivamente. Outra das recomendações não atendidas é relativamente à cobrança das despesas de envio das notificações, que se entende continuar a não cobrar.

No que se refere ao tarifário social para consumidores não domésticos e tratando-se de um mecanismo que já existe há muito, aplicado a IPSS, Associações, Autarquias, instituições que prestam serviços à comunidade, julgamos que devem ser considerados de forma diferente. No entanto, no tarifário referente ao abastecimento de água a redução prevista altera de 50% para 25%, uma vez que estes consumidores são na sua maioria sediados nas zonas onde os sistemas de abastecimentos de água são fornecidos por água adquirida às Águas do Norte o que torna necessário esta medida para continuar com a sustentabilidade dos serviços.

Existe ainda a recomendação sobre os tarifários sociais domésticos que não devem ser requeridos pelos beneficiários, mas sim atribuídos oficiosamente conforme lista enviada pela DGAL. Atendendo que essa lista ainda não se encontra na posse dos serviços é mantida a obrigatoriedade de requerimento e futuramente será analisada esta questão.

O Vereador José Rodrigo questionou quando se previa adaptar aos Regulamentos às recomendações da ERSAR.

O Vereador Manuel Fernandes também interveio para afirmar que lhe parecia muito sensato a ERSAR recomendar a isenção de ramal.

Outra questão, é o artigo 16º, que prevê a obrigatoriedade de ligação à rede, nos trinta dias subsequentes à entrada em vigor do Regulamento. Disse que não se podia deixar de ter em conta que durante muito tempo a população se forneceu por si, pois a Câmara



Municipal não conseguiu levar esse bem a toda a população do concelho, não se pode fazer disso tabua rasa.

O Presidente respondeu que quanto à adoção das recomendações da ERSAR, não tem este Município feito outra coisa, em 2014 foi por recomendação dessa entidade que se deu o salto para tornar as redes autossustentáveis. A rede deste Município é invejável, apesar de se ter que continuar o investimento e por isso é essencial o cumprimento dessas recomendações no sentido de ser possível obter financiamento.

A Vereadora Fátima Sousa pediu a palavra para esclarecer o Vereador Manuel Fernandes que o artigo 17.º do Regulamento prevê as situações em que essa obrigatoriedade de ligação à rede é dispensada, por exemplo as captações podem ser excluídas desde que se encontrem licenciadas e um plano de controle da água.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções do Vereadores do PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º8957 de 13-09-2023 e ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º194/2009, de 20 de agosto, e no uso das competências previstas na linha k) do n.º1 do artigo 33.º e na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º ambas do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, o projeto de Regulamento Municipal de Serviço de abastecimento Público de Água.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

263. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, o Regulamento Municipal de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções do Vereadores do PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º8958 de 13-09-2023 e ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 62.º do decreto-Lei n.º194/2009, de 20 de agosto, e no uso das competências previstas na alínea k) do n.º1 do artigo 33.º e na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º ambas do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º75/2013, de 12 setembro, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, o Regulamento Municipal de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

264. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, o Regulamento Municipal de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções do Vereadores do PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º8956 de 13-09-2023 e ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º194/2009, de 20 de agosto, e no uso das competências previstas na alínea k) do n.º1 do artigo 33.º e na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º ambas do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º75/2013, de 12 setembro, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, o Regulamento Municipal de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

265. Presente para efeitos de aprovação, a proposta de protocolo de colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8907 de 12-09-2023 e no uso das competências que lhe confere a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de protocolo de colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Melgaço.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

266. Ofício da Associação de Promotores Turísticos da Branda da Aveleira, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 6.400,00€, para a realização do Dia do Brandeiro que se realizou nos dias 5 e 6 de agosto de 2023. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8960 de 13-09-2023 e no uso da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 4.000,00€, para a realização do Dia do Brandeiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

267. Ofício da Associação de Promotores Turísticos da Branda da Aveleira, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 2.600,00€, para a realização da Feira do Gado que se realizou no dia 24 de junho de 2023. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8938 de 13-09-2023 e no uso da alínea ff) do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 2.600,00€, para a realização da Feira do Gado que se realizou no dia 24 de junho de 2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

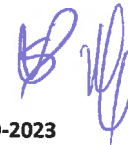
268. Presente para efeitos de aprovação, as Normas de Participação na Festa do Espumante 2023, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8955 de 13-09-2023 e ao abrigo das competências conferidas pela alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a aprovação das Normas de participação na Festa do Espumante 2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

269. Presente requerimento em nome de Fernando Manuel Meleiro, a solicitar a emissão de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica



sob o n.º 4357, da freguesia de S. Paio, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8888 de 11-09-2023 e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º, da Lei n.º 91/1995, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, a aprovação de emissão de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 4357, da freguesia de S. Paio.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

270. Presente requerimento em nome de Maria de Lurdes Fernandes, a solicitar a emissão de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 141, da freguesia da Gave, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8890 de 11-09-2023 e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/1995, de 02 de setembro, alterado pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, a aprovação de emissão de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 141, da freguesia da Gave.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Gabinete de Projetos

271. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de Regulamento Norma de Certificação "Melgaço + Sustentável", que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8873 de 11-09-2023 e no uso da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de Regulamento Norma de Certificação "Melgaço + Sustentável".

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Gestão Municipal

272. Presente para efeitos de aprovação a 3.ª Alteração ao mapa de pessoal 2023, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara explicou que um dos motivos para se proceder à alteração do Mapa de Pessoal passa pela possibilidade de abrir candidatura para o programa RADAR Municipal, instrumento da rede social nacional, foi implementado de forma piloto em Lisboa, pela Santa Casa da Misericórdia e devido ao seu sucesso será no âmbito do PRR disponibilizado para instalar em todos os Municípios do país. A candidatura já foi realizada agora é necessário criar os postos de trabalho necessários, um de educação social e outro de ação social.

O Vereador José Rodrigo pediu a palavra para referir que a bancada do PSD sempre que surgem assuntos relativos ao aumento dos recursos humanos tem tido um posicionamento de abstenção, pois não é favorável ao aumento do pessoal. Neste sentido surge questionou se os atuais recursos humanos afetos à área social não desenvolvem esse trabalho.

O Vereador Manuel Fernandes também interrogou sobre quais as novidades trazidas por este projeto.

O Presidente contrapôs que o trabalho social assenta em primeira mão nas parcerias estabelecidas com as organizações sociais e em segunda mão no trabalho desenvolvido diretamente pelo Município, o qual tem vindo a crescer, até porque foram transferidas diversas competências. Este projeto acrescenta ao trabalho realizado, tal como por exemplo o último CLDS acrescentou, não substitui os serviços da ação social do Município, pois faz algo diferente um acompanhamento de proximidade junto da população envelhecida. Neste caso uma coisa não substitui a outra, complementam-se, este projeto pretende fazer um acompanhamento pormenorizado da rede de acompanhamento dos idosos, permitindo uma maior reticulação do mesmo, podendo até um vizinho integrar essa rede e acompanhar e monitorizar o idoso e as suas necessidades. É essencial ter aqueles que lhe estão mais próximos a acompanhar para a motorização dessas pessoas ser adequada e eficaz. Este projeto permite a realização de um trabalho de excelência, diferenciador que pode salvar muitas vidas.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a 3ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2023, no uso da competência conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

III- Intervenção do Público

O Presidente da Junta de Freguesia, Agostinho Alves, pediu a palavra para agradecer ao Executivo pela vinda à Freguesia da Gave.

Proseguiu esclarecendo as questões levantadas ao longo da reunião relativas à obra do cemitério da Gave, afirmou que a Junta de Freguesia gostaria que não fosse necessário, contudo apenas restam dois espaços. Explicou que se trata de um projeto realizado em parceria com o Município, com uma boa análise de base, prevendo melhorias no existente, em especial nas acessibilidades. Está prevista a implantação de duas novas zonas de jazigos e gavetas. O local não foi escolhido ao acaso é o que melhor responde às necessidades, contudo existem dificuldades à execução da obra devido à existência de rocha nessa zona.

Relativamente a algumas questões levantadas sobre a legalidade dos documentos anexos aos pedidos disse que queria deixar claro que o Executivo da Freguesia quando assumiu funções foi com o intuito de governar a freguesia melhor que as próprias casas e tem sido esse o desígnio até ao dia de hoje.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 17.10 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Sónia Gaj Domingues Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal

